

Geopolítica contemporânea e temas socioespaciais: a atuação do Brasil nas Conferências socioespaciais das Nações Unidas

Charles Serra Tabarin
charles.tabarin@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

O mundo multipolar pós-Guerra Fria, moldado pela Globalização, trouxe novas facetas para a Geopolítica e, modificou sob o ponto de vista geoestratégico, as táticas dos Estados para obtenção de poder no cenário internacional. A cooperação internacional procura substituir o foco conflituoso do mundo bipolar e os Estados veem, nesse novo paradigma, a possibilidade de alcançar seus objetivos e resultados desejados de novas maneiras, com o uso do *soft power* ou poder brando, que designa a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção. Fomentar o poder brando pode ser uma das justificativas para que inúmeros países atuem e participem de cúpulas e acordos de cooperação incentivando os direitos humanos, o meio ambiente ou o desenvolvimento.

Atores estatais encaram conferências para tratar de problemas globais como uma plataforma que beneficia a imagem de seu Estado frente à opinião pública e, ir contra a opinião pública e o consenso internacional pode acarretar em perdas à imagem do Estado, provocando desgaste em seu *soft power*. De acordo com Joseph Nye o poder brando é essencial para buscar cooperação multilateral e resolver problemas conhecidos como os malefícios da globalização.

O Sistema das Nações Unidas se coloca como o instrumento de maior alcance para a cooperação internacional a favor do desenvolvimento, seja através de ações, ou por meio de cúpulas sociais, que tratam, entre outras temáticas, do desenvolvimento sustentável, migrações e refugiados, assentamentos humanos e cidades sustentáveis, crianças e mulheres, direitos humanos e população.

Objetivos

Baseado nas novas diretrizes internacionais de participação social dos Estados com a meta de expansão do *soft power*, buscou-se compreender o papel do Brasil nesse novo cenário geopolítico, por meio da análise da participação do país nas conferências sociais da ONU, que compõem fortemente a agenda internacional desde os anos 1990.

Metodologias

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa de coleta de dados primários, considerados aqueles sem tratamento analítico, oriundos de documentos oficiais das Conferências Internacionais, promovidas pela Organização das

Nações Unidas, com o objetivo de mapear a evolução dos debates internacionais socioespaciais.

Realizou-se ainda revisões bibliográficas, análise de conteúdo das posições brasileiras para as conferências, desde a década de 1990, e um exame dos portais governamentais de relações exteriores e suas disposições frente a agenda social internacional.

Foi elaborada uma análise de dados qualitativos e documentos secundários prospectados através de bases de dados internacionais e nacionais, livros, periódicos e entrevistas, com o intuito de observar as críticas, as contribuições e os delineamentos das ações brasileiras no cenário internacional e suas formas de projeção geopolítica.

Por fim, as informações foram sintetizadas e organizadas na confecção do presente *paper*, apresentado no eixo “Geografia Política, contextos sociais e interações espaciais” da XI Semana de Geografia da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

O fim da Guerra Fria, com a extinção da União Soviética em 1991, modificou o cenário global, principalmente no que tange às relações internacionais. O período é marcado pelo fim da disputa ideológica entre o Capitalismo e Socialismo, com a prevalência do sistema capitalista como modo de produção hegemônico, impulsionando o fenômeno da Globalização. O bilateralismo, protagonizado por Estados Unidos e União Soviética, cede espaço ao multilateralismo, e a cooperação se projeta na agenda internacional.

De acordo com Matilde de Souza (2005),

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional (SOUZA, 2005, p. 7).

Ainda de acordo com a autora,

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

De acordo com Oliveira e Lessa (2006), os chamados “novos temas das Relações Internacionais” (na década de 1980), que eram tidos como diminutos frente o contexto da guerra fria, passam a compor a agenda internacional contemporânea, “à qual todos os países, inclusive o Brasil, tiveram que se adaptar com maior ou menor dificuldade” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p. 2).

Com aumento desproporcional dos problemas mundiais, entre os quais os envolvendo as cidades, Organizações Internacionais absorvem essa causa e secretários-gerais da Organização das Nações Unidas, entre eles Maha U Thant e Kurt Waldheim, estendem esse debate e as preocupações à organização, viabilizando a Conferência de Vancouver, de 1976. (ANTONUCCI et al., 2009). Dessa forma, "Kurt Waldheim tentou exercer o papel de mediador entre os interesses das grandes potências e os do Terceiro Mundo, inaugurando e participando de uma série de conferências da ONU cujos focos eram os problemas mundiais emergentes (ANTONUCCI et al., 2010, p. 24).

Com isso, compreendemos que a participação das Conferências e a aceitação das propostas nos documentos finais pelos Estados podem ser compreendidas como ação de poder brando, por vias da visibilidade dos valores políticos (valores políticos domésticos e cooperação internacional) e da política externa (diplomacia, multilateralismo e acordos internacionais) de determinado país, como uma fonte de promoção internacional, ao posicionar-se favorável a agendas progressistas.

Além disso, de acordo com Bertha Becker (2005), a geopolítica tem passado por transformações recentes e, se torna um conjunto de ações empreendidas por diferentes atores internacionais, e não mais apenas o Estado. Para a autora, "Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras" (BECKER, 2005, p. 71). A partir da conceituação geopolítica de Becker (2005), podemos inferir que a discussão e decisões tomadas sobre a cidade multilateralmente, pode ser considerada uma pauta geopolítica. Isso porque os Estados e demais atores presentes nas Conferências tomam decisões que afetam no uso do território pelo Estado, indiretamente, por meio de pressões internacionais sobre os direitos humanos e pautas de gestão territorial, nas mais diversas escalas. Dessa forma, o protagonismo em conferências de temas referentes à gestão territorial permite a um Estado influenciar nas políticas nacionais para o território de outro Estado, ampliando sua influência e o soft power.

Sobre o poder brando, num cenário de interdependência complexa estabelecido, Nye coloca que este designa a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção (NYE, 2009). De acordo com o diplomata José Augusto L. Alves (2001, p. 39), "O "poder" atual, de países em desenvolvimento e de potências econômico-militares, para ter credibilidade internacional, inclui necessariamente, como observa Celso Lafer, o soft power da democracia e dos direitos humanos no plano interno". Direitos Humanos, democracia e oportunidades individuais são valores muito sedutores e causam admiração dos outros e faz com que eles passem a desejar aquilo que você quer. "Sob a ótica da interdependência complexa os estados passam exercer o poder não pela força, mas pela ótica da reciprocidade no sentido de cooperar para gerar ganhos para todos" (CADEMATOR; SANTOS, 2016, p. 6).

José Augusto Lindgreen Alves (2001) ainda traz exemplos participação do Brasil em Conferências da ONU no livro "Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências". Dentre eles destacamos:

- **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92):** o país organizou a “primeira grande negociação multilateral pós-Guerra Fria” e conseguiu conciliar os países do Norte e do Sul, desenvolvendo um consenso (ALVES, 2001, p. 73);

- **II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena em 1993:** aproximação governo e sociedade civil em busca de objetivos comuns, além de ter presidido a conferência;

- **Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, 1994:** os delegados brasileiros desenvolveram intensa atividade em prol do consenso, ajustando os textos dos documentos adotados;

- **Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague, 1995:** Brasil age junto com a sociedade civil e discorda do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento), que apresentava ideias religiosas e não democráticas, naquela conferência;

- **IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz de Pequim, 1995:** grande participação de mulheres brasileiras, que promoveram vários eventos paralelos não-governamentais;

- **II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), de Istambul, 1996:** o Brasil contou com uma das delegações nacionais mais numerosas (cerca de 200 integrantes) e atuantes.

A Política Externa Brasileira é reconhecida internacionalmente como calcada na solução pacífica de conflitos, por meio do Direito Internacional, na soberania e igualdade dos Estados e, pela estabilidade, garantida, segundo Cíntia Souto (2005), por sua operação “com um corpo diplomático qualificado, selecionado por concurso público e treinado nos cursos do Instituto Rio Branco, onde recebe os “paradigmas” da política externa brasileira” (SOUTO, 2005, p. 2). Um dos paradigmas destacados é a participação ativa nos fóruns multilaterais, desde o início do século XX.

Nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria,

A política externa brasileira adotou, nos anos 90 do século XX, o multilateralismo como uma forma de participar da nova agenda da globalização surgida após o fim da Guerra Fria. O Brasil esteve presente nas diversas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) naquela década, responsabilizando-se por temas como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, direitos da criança, direitos da mulher, racismo, segurança, entre outros (PEREIRA, 2017, n.p.).

Destaca-se a busca do Brasil em ampliar seu espaço diplomático e econômico, através da presença em fóruns e discussões internacionais. Celso Lafer, ex-chanceler brasileiro, destaca os investimentos brasileiros em um *soft power*²⁹ da credibilidade, “realizados pelo país no correr da década de 1990, ao tratar de maneira construtiva – pela

²⁹ *Soft Power* é a habilidade de um país de influenciar os outros a fazer o que deseja pela atração em vez de coerção (NYE JR., 2004).

participação e não pela distância – os “temas globais” que se inseriram, em novos termos, na agenda internacional, pós-Guerra Fria” (LAFER, 2001, p. 118).

Tiago Rocha (2012) justifica que

o Brasil fazendo uso de um capital político acumulado principalmente por meio de um histórico de resolução pacífica de conflitos, através de sua diplomacia, o ideário do desenvolvimento, o vigor de sua economia, e um legado de multilateralismo, a se projetar como um pleiteante a um ator destacado nas grandes decisões internacionais, que, grosso modo, pode se resumir a materialização desses anseios por meio da conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja candidatura o país já até apresentou (ROCHA, 2012, p.70).

Além disso, de acordo com Shiguenoli Miyamoto (2000),

Para o País, a participação nas conferências, ainda no final da década de 1980, significaria a adequação ao novo ambiente internacional, com a possibilidade inicial de superação de todos os tipos de clivagem, fosse ideológica (Leste-Oeste, já no fim), fosse material (Norte-Sul, ainda presente). Ressalta-se que a participação do Brasil nos organismos multilaterais seria significativa (MIYAMOTO, 2000, p. 8).

Assim teve-se como resultado que o Brasil foi um dos países fundadores da ONU e é um dos seus membros mais participativos. Tem se colocado como porta-voz dos países periféricos, fazendo uma interlocução entre esses e os países centrais. Isso acontece também com as conferências de temáticas sociais, na qual o país acaba tendo mais voz, e toma dianteira, representando interesses dos países em desenvolvimento, atitude que pode ser interpretada como uma medida de projeção internacional, para facilitar o antigo pleito do país por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A projeção brasileira é essencialmente diplomática e ocorre por meio do *soft power*, do multilateralismo. O país teve participação ativa desde as Conferências da década de 1990, sediando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e lançando bases para as conferências que se seguiram. Em todas as conferências abordadas, pode se ressaltar a contribuição do Brasil como país “construtor de consenso” e intermediador de debates. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o país detém três qualidades necessárias para contribuir com para o sucesso das conferências internacionais: “capacidade de diálogo, diplomacia eficiente e conhecimento técnico”.

O Brasil teve importante papel nas conferências sociais internacionais, a partir da década de 1990, e trabalhou como país mediador, conciliando interesses dos países do Norte e Sul global no pós-Guerra Fria, atitude justificada por uma ampliação do *soft power* brasileiro e aspirações relacionadas ao Conselho de Segurança da ONU.

Concluímos ainda, que o Brasil, em consonância com a projeção geopolítica trazida pelo protagonismo no palanque dos fóruns e discussões internacionais, busca se lançar como um país emergente, parte dos BRICS, potência regional e porta-voz do Sul Global, devido ao prestígio de seu capital diplomático, promovendo um engrandecimento de seu *soft power* e, com isso, amplificar as possibilidades de compor, de forma permanente, o Conselho de Segurança da ONU, obtendo, assim, poder de decisão sobre os principais

eventos internacionais. Contudo, a Cooperação Sul-Sul e o protagonismo brasileiro no cenário internacional sofreram abalos com a turbulência da política interna, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o governo de Michel Temer.

Considerações finais

Com o apresentado, podemos destacar a importância que as temáticas sociais ganham na agenda internacional pós-Guerra Fria, cabendo aos países se adequarem ao novo cenário de multilateralismo.

Entretanto, como podemos analisar no estudo de caso do ativismo brasileiro nas conferências socioespaciais na escala internacional, a participação dos países nesses eventos têm como objetivo o ajustamento de sua agenda às novas demandas da sociedade internacional (e também do Capitalismo em Globalização), assim como uma projeção diplomática global, em um panorama em que os países em desenvolvimento, do Sul Global, podem expressar ao mundo seus interesses. E, além disso, sob um ponto de vista geopolítico, a atuação em conferências que tratam de alguma escala de gestão territorial, permite ao Estado influenciar sobre a organização espacial de outro Estado, garantindo certo poder no cenário internacional.

Dessa forma, conclui-se que a intensa participação brasileira nas temáticas globais da agenda internacional pode ser justificada por um investimento em *soft power*, bem como uma adequação ao novo ambiente internacional que se instala pós-Guerra Fria e por um pleito, desde a fundação da ONU, por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da organização, o que lhe traria um maior prestígio internacional e possibilidades de coordenar a segurança dentro do xadrez geopolítico global.

Bibliografia

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2**. São Paulo, SP: Saraiva; 2006.

ARANTES, Henriqueta. **Discurso do Brasil na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável** (Texto traduzido). Quito, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/Brazil.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Abril de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: Junho de 2018.

BIAU, Daniel. **A ONU e a Agenda Urbana, uma viagem de Vancouver a Nairobi, Istambul e Medellín**. Suíça, 2012. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/biau_daniel/UN_urban_agenda/UN_urban_agenda_text.html. Acesso em: Setembro de 2017.

CADERMATOR, Luiz Henrique; CAMARGO SANTOS, Priscila. **A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Direito, V. 12, n. 2 (2016). Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/National-Report-LAC-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso: março de 2018.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília, DF: IBRI, 2001. 430 p.

MATAIS, Andreza. **Para retaliar Equador, ministro faltará a evento**. Portal Jornal Estadão, São Paulo, 12 out. 2016. Blogs Política, n.p. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/para-retaliar-equador-ministro-faltara-a-evento/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

MELO FARIA PEREIRA, Aline de. **Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil: as políticas de gestão dos resíduos sólidos**. Anais do XVI FoMerco. Salvador, UFBA, 2017. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1507989867_ARQUIVO_ARTIGO.pdf. Acesso em: abril de 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 43, n. 1, p. 119-137, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abril de 2018.

NYE JR., Joseph. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ONU BRASIL. **ONU-Habitat Brasil mobiliza gestores e sociedade civil para contribuir com futuro das cidades**. Março de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-habitat-brasil-mobiliza-gestores-e-sociedade-civil-para-contribuir-com-futuro-das-cidades/>. Acesso em: fevereiro de 2018.

REIS ROCHA, Tiago dos. **O Pleito Brasileiro pela Conquista de Um Assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU: Uma Crítica a Estratégica Soft Power da política Externa**. Relações Internacionais do Mundo Atual, n.16. p. 67-83, 2012.

SOUZA, Matilde de (org.). **A agenda social das relações internacionais**. Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; 2005.

VIEIRA SOUTO, Cíntia. **Bilateralismo e multilateralismo antes e depois do esgotamento do "Nacionalismo de Fins"**. Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H2-05.pdf>. Acesso em: março de 2018.

WERNA, Edmundo. **As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento**. Espaços & Debates. São Paulo, n. 39, NERU, 1996.